



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

PROTOCOLO Nº 59780

02/01/25 HS: 16:30 DR

DATA

FUNÇÃOÁRIO

MENSAGEM Nº \_\_\_\_\_, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

**Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,**

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do art. 66, inciso III, c/c o art. 52, ambos da Lei Orgânica do Município de Sobral, submeter à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei Ordinária que acompanha a presente mensagem, que "REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º, ALTERA AS ALÍNEAS "A", "B", "C", "D" E "E", BEM COMO O INCISO V DO ARTIGO 3º, O ARTIGO 6º E O ARTIGO 25 DA LEI MUNICIPAL Nº 261, DE 18 DE MAIO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O presente projeto de lei busca atualizar e aprimorar dispositivos da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000, de forma a adequá-la às demandas atuais da administração pública e às melhores práticas de governança, transparência e participação da sociedade civil. As alterações propostas fortalecem os mecanismos de gestão e controle das Organizações Sociais, além de detalhar a regulamentação necessária para o cumprimento eficaz dos objetivos previstos na legislação.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei Ordinária à análise em **REGIME DE URGÊNCIA** dessa Egrégia Casa Parlamentar, dirigida por Vossa Excelência, cujo espírito público é repetido por todos os seus Dignos Pares, na certeza de que os elevados interesses da sociedade sobralense prevalecerão e se materializarão na aprovação do que ora se propõe.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR**, em 02 de janeiro de 2025.

  
**OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR**  
PREFEITO DE SOBRAL

EXMO. SENHOR.  
VEREADOR FRANCISCO LINHARES PONTE JUNIOR.  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL (CE).

PROJETO DE LEI Nº. 003 , 02 DE Janeiro DE 2025.

ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL  
PROTOCOLO Nº 59780  
02/01/25 HS: 16:30  
DATA FUNCIONÁRIO

Ementa: Revoga o parágrafo único do artigo 1º, altera as alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", bem como o inciso V do artigo 3º, o artigo 6º e o artigo 25 da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte projeto de lei:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000.

Art. 2º O artigo 3º da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho de Administração, de que trata o inciso II, do artigo 2º, será estruturado nos termos que dispuser o respectivo Estatuto, observados ainda os seguintes critérios:

- a) 20 a 40% de representantes do Poder Público, na qualidade de membros natos;
- b) 20 a 30% de membros indicados pelas entidades representativas da sociedade civil, na qualidade de membros natos;
- c) 10 a 40% de membros eleitos ou indicados pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- d) 10 a 60% de membros indicados ou eleitos dentre os membros ou os associados;
- e) 10% de membros indicados ou eleitos pelos empregados da entidade.

V - O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, no mínimo 03 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Art. 3º O artigo 6º da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A qualificação da entidade como Organização Social será feita por ato do Prefeito Municipal, devendo ser regulamentada por Decreto Municipal.

Art. 4º O artigo 25 da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25 Esta Lei deverá ser regulamentada por Decreto Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei busca atualizar e aprimorar dispositivos da Lei Municipal nº 261, de 18 de maio de 2000, de forma a adequá-la às demandas atuais da administração pública e às melhores práticas de governança, transparência e participação da sociedade civil. As alterações propostas fortalecem os mecanismos de gestão e controle das Organizações Sociais, além de detalhar a regulamentação necessária para o cumprimento eficaz dos objetivos previstos na legislação.



**OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR**  
PREFEITO DE SOBRAL